

CORREIO PAULISTA

Divulgação/Governo de SP



Mais de 700 projetos devem ser executados até dezembro

Lei de incentivo ao esporte amplia inclusão no estado

Com mais de R\$ 240 milhões em renúncia fiscal desde 2023, a Lei Paulista de Incentivo ao Esporte consolida o esporte como ferramenta de inclusão e transformação social em São Paulo. Até o fim de 2026, mais de 700 projetos devem ser executados, com impacto direto na vida de mais de 400 mil pessoas. Segundo a Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo, a política pública reforça o uso do esporte como instrumento de cidadania, inclusão e desenvolvimento humano. As iniciativas abrangem áreas como educação, formação esportiva, participação, rendimento, gestão, desenvolvimento e infraestrutura, com destaque para projetos de futebol e futsal. Em Osasco, a Escola de Futebol LFAO atende cerca de 1.500 crianças e adolescentes de 10 a 16 anos.

SP endurece punições ambientais

O Governo de São Paulo publicou resolução da Semil que endurece punições a maus-tratos a animais, ampliando multas e critérios de cálculo. As multas variam de R\$ 3 mil a R\$ 50 mil por animal e consideram gravidade, sofrimento, dano e conduta do infrator. A norma atualiza a Resolução Sima 5/2021 e regras do TCRA, com desconto de até 40% na regularização inicial. O descumprimento em até 90 dias implica perda do desconto e cobrança integral e outras sanções.

Patrícia Domingos/Alesp



Ato reuniu representantes de diferentes tradições

Assembleia celebra liberdade religiosa

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo realizou, na segunda-feira (25), ato solene para marcar o início do Fórum Paulista de Liberdade Religiosa e Cidadania e celebrar o Dia Estadual da Liberdade Religiosa. Promovido pela deputada Dra. Damaris Moura (PSDB), o encontro destacou a Lei Estadual 17.346/2021, que instituiu a política de liberdade religiosa no Estado e prevê medidas contra a intolerância e a discriminação religiosa. O ato reuniu representantes de diferentes tradições religiosas, além de lideranças e autoridades ligadas à promoção da liberdade religiosa e dos direitos humanos.

SP amplia auxílio-aluguel para vítimas

São Paulo concedeu auxílio-aluguel a 7.565 mulheres vítimas de violência doméstica em pouco mais de um ano de programa. Em abril, foram investidos cerca de R\$ 2,5 milhões no benefício, valor mais de quatro vezes superior ao registrado no mesmo mês do ano anterior (R\$ 547,5 mil). Dados da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) referem-se a repasses entre fevereiro de 2025 e abril de 2026.

Moção sobre USP

O deputado Danilo Balas protocolou na Alesp moção de apelo ao governador Tarcísio de Freitas para reforçar ações pela retomada das aulas na USP. O parlamentar afirma que a paralisação já dura cinco semanas e defende medidas para garantir o funcionamento da universidade e a continuidade do calendário acadêmico.

Gratuidade

Projeto de lei da deputada estadual Solange Freitas (União) propõe usar a CIPTA como documento único para garantir gratuidade no transporte público a pessoas com TEA e acompanhantes em São Paulo. A proposta unifica cadastro e prevê integração de sistemas de bilhetagem, reduzindo burocracia.

Expo GovBrasil

O deputado estadual Rafa Zimbaldi (União Brasil) participa nesta quarta (27) da Expo GovBrasil, que ocorre das 11h20 às 12h10 no evento nacional que reúne gestores públicos e especialistas. Ele foi convidado para o painel ao lado da jornalista Carla Albuquerque e citará ações da Frente Parlamentar da Alesp.

Qualifica SP

O Governo de São Paulo oferece 2 mil vagas no curso gratuito e remoto Qualifica SP – Empreenda. Nesta etapa são 500 vagas com inscrições até 28 de maio no site qualificasp.gov.br. A formação, da Fundação Dom Cabral, tem 30 horas, mentorias e aborda gestão financeira, plano de negócios e desafios apontados pelo Sebrae.

Serviços digitais

O Poupatempo ampliou os serviços digitais e registrou alta de 372% nos atendimentos online, passando de 28,2 milhões em 2023 para 133,4 milhões em 2025. O número de serviços digitais saltou de 254 para 3.475, segundo o governo estadual. Serviços como emissão de CNH e transferência de veículos impulsionam o acesso digital.

Glaucoma em foco

O Tribunal de Justiça de São Paulo aderiu à campanha 24 horas pelo Glaucoma, do CBO e da SBC, voltada à conscientização sobre diagnóstico precoce e tratamento da doença. O glaucoma é silencioso, não tem cura e pode causar cegueira, mas pode ser controlado com acompanhamento médico e uso de medicamentos.



Ação contou com participação de policiais do Deic

Fraude com ICMS leva a bloqueio de R\$ 362 mi

Polícia Civil e Sefaz cumprem mandados em SP e no Paraná

Por Ana Laura Gonzalez

A Polícia Civil de São Paulo e a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado deflagraram nesta terça-feira (26) a operação "Respiro da Baleia", voltada ao combate de um esquema de fraudes tributárias envolvendo créditos fictícios de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A ofensiva desarticulou uma organização criminosa suspeita de causar prejuízo de ao menos R\$ 30 milhões por meio da venda ilegal de créditos tributários inexistentes. Uma pessoa foi presa em Indaiatuba, no interior paulista. Ao todo, foram cumpridos 19 mandados judiciais, sendo cinco de prisão e 14 de busca e apreensão. As ações ocorreram simultaneamente na capital paulista, na Grande São Paulo, na região de Campinas e no Paraná. Além disso, a Justiça determinou o bloqueio de bens avaliados em R\$ 362 milhões e o sequestro de seis imóveis ligados aos investigados.

A operação foi conduzida por uma força-tarefa formada pela 3ª Delegacia de Investigações Gerais do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), pela Diretoria de Fiscalização da Receita Estadual e por equipes do Departamento de Investigações sobre Narcóticos (Denarc) de Londrina (PR). Ao todo, 53 agentes participaram da ofensiva.

Segundo as investigações, o grupo criminoso teria criado uma estrutura voltada à comercialização

ilegal de créditos de ICMS inexistentes. Empresas eram atraídas pela promessa de abatimentos fiscais considerados vantajosos e acabavam transferindo grandes quantias acreditando participar de operações regulares.

De acordo com os investigadores, o esquema era dividido em etapas inspiradas em terminologias utilizadas no mercado financeiro. Na primeira fase, os suspeitos coletavam informações estratégicas sobre as empresas que seriam abordadas. Em seguida, intermediários apresentavam propostas de aquisição de créditos tributários com descontos considerados atrativos, induzindo as vítimas ao erro.

Após a adesão ao suposto negócio, os valores eram direcionados para empresas utilizadas como centrais de recebimento dos recursos. A etapa seguinte consistia na fragmentação das quantias entre diversos integrantes do grupo, método conhecido como "smurfing", prática usada para dificultar o rastreamento do dinheiro e ocultar a origem ilícita do capital.

As apurações apontam ainda que o grupo simulava pagamentos e movimentações financeiras para retardar a identificação das irregularidades e manter o funcionamento do esquema. Empresas de fachada e consultorias fictícias também teriam sido utilizadas para dar aparência de legalidade às transações.

Os investigados poderão responder por crimes como estelionato e lavagem de dinheiro.